VINCI COMPASS

Vinci Energia FIP-IE

Relatório de Desempenho Mensal

ABRIL 2026

Sumário

Informações Gerais **3**
Visão Geral do Fundo 3
Destaques **3**
Comentários do Gestor **4**
Estratégia e Destaques 6
Desempenho Financeiro do Portfólio 7
Sobre o Fundo **9**
Organograma Atualizado 9
Performance 9
Rentabilidade 9
Cronograma de Distribuição de Resultados 10
Negociação do Fundo na B3 ..... **10**
Ativos de Transmissão **11**
Ativos de Geração Hídrica **12**
Constrained Off/ Curtailment 14
Contato RI **16**

Informações Gerais

Visão Geral do Fundo

Gestor
Vinci Infraestrutura Gestora de Recursos Ltda.

Administrador e Escriturador
BTG Pactual Serviços Financeiros S.A. DTVM

Código de Negociação – B3
VIGT11

Valor Patrimonial da Cota (30-04-26)
R$ 69,09

Valor de Mercado da Cota[1] (30-04-26)
R$ 51,06

Quantidade de Cotas
8.674.669

Número de Cotistas (30-04-26)
5.150

Taxa de Administração[2]
1,5% a.a.

Taxa de Performance
Não há

Tributação
Alíquota zero sobre ganho de capital e rendimentos para Pessoas Físicas

Destaques

69,09

COTA PATRIMONIAL (R$/COTA)

O valor da cota de mercado do Fundo encerrou o mês de abril avaliado a R$ 51,06. Esse valor representa um desconto de 26,1% do valor da cota patrimonial do Fundo de R$ 69,09.

13,2

TIR[3] REAL IMPLÍCITA (% IPCA+)

TIR implícita na cota de fechamento do mês de abril (R$ 51,06) é de IPCA + 13,2%, correspondendo a uma taxa de IPCA + 16,3% com Gross Up de imposto de renda, de modo a deixar a taxa comparável com outros investimentos não isentos.

-100bps

Repactuação da APR por causa do PROINFA

A Monte Pascoal Holding S.A., investida do Vinci Energia, celebrou aditamento às Ações Preferenciais Resgatáveis (“APRs”) após a renovação dos contratos de venda de energia das PCHs junto ao PROINFA, prorrogados até 2048. As principais alterações na repactuação foram: (i) 100 bps de redução do custo financeiro, (ii) alongamento relevante do prazo de pagamento e (iii) postergação de obrigações antes concentradas no curto prazo.

(1) Valor da cota ex-rendimentos
(2) Inclui remuneração do Gestor, Administrador e Escriturador
(3) TIR implícita ainda não reflete os impactos da assinatura do aditivo do PROINFA
(4) Curtailment ocorre quando o Operador Nacional do Sistema (ONS) pede que uma usina eólica ou fotovoltaica pare de gerar energia por conta de algum tipo de restrição, como falhas de equipamentos ou segurança do sistema. Há disponibilidade, mas não há geração.

Comentários do Gestor

Cenário Macroeconômico

O cenário macroeconômico global segue marcado por uma combinação incomum: desaceleração gradual da atividade, política fiscal ainda expansionista e maior incerteza sobre a trajetória da política monetária. Nos Estados Unidos, os dados correntes perderam força em relação aos últimos dois anos. O crescimento do PIB permanece positivo e compatível com uma economia distante de uma recessão iminente, mas já se aproxima de um ritmo mais alinhado ao potencial. O mercado de trabalho reforça essa leitura intermediária: a criação de vagas desacelerou de forma relevante, os indicadores qualitativos apontam menor facilidade para encontrar emprego e a taxa de desemprego subiu em relação às mínimas recentes, embora ainda permaneça próxima de níveis historicamente associados ao pleno emprego.

Apesar disso, os mercados continuam sustentados por dois vetores importantes. O primeiro é a política fiscal, que permanece claramente expansionista. O déficit público segue elevado, em torno de 6% do PIB, em um contexto no qual os gastos continuam altos mesmo com a economia próxima do pleno emprego. A recomposição de estoques militares, eventuais medidas de estímulo e a dificuldade política de promover consolidação fiscal sugerem que a política fiscal deve continuar sustentando a demanda nos próximos trimestres. Diferentemente de episódios anteriores, em que déficits elevados eram respostas temporárias a crises, o quadro atual parece refletir um déficit persistentemente alto como parte do funcionamento normal da política econômica americana.

O segundo vetor é a expectativa de uma política monetária menos contracionista. A diferença em relação ao cenário anterior é que o mercado reduziu a magnitude esperada dos cortes de juros. O choque recente do petróleo e a consequente incerteza inflacionária de curto prazo retiraram parte das quedas antes precificadas na curva. A inflação de serviços, que representa a maior parte do índice, vinha desacelerando, sustentada pela queda dos novos aluguéis e pela moderação dos salários. Esse movimento ainda compensa parte da pressão vinda de bens e energia. No entanto, começaram a surgir sinais de que essa desinflação pode estar entrando em fase menos confortável: os novos aluguéis deixaram de cair com a mesma intensidade, a inflação salarial parece ter encontrado um piso e alguns componentes de serviços exigem acompanhamento mais próximo. Assim, a inflação ainda não parece fora de controle, mas a assimetria se tornou menos favorável.

Nesse ambiente, a postura do Fed dependerá cada vez mais da evolução do mercado de trabalho. Se a atividade seguir perdendo tração e as demissões permanecerem contidas, o banco central poderá manter os juros estáveis ou realizar cortes modestos. Se, por outro lado, a inflação de serviços voltar a acelerar antes de uma deterioração mais clara do emprego, o espaço para flexibilização ficará limitado. Em síntese, os Estados Unidos seguem em posição intermediária: crescimento mais fraco, mas sem recessão; inflação acima da meta, mas ainda com fundamentos subjacentes relativamente comportados; e política fiscal sustentando a demanda. A festa dos mercados pode continuar por algum tempo, mas o conjunto de déficit elevado, juros ainda altos e sinais iniciais de estabilização da inflação de serviços recomenda cautela.

No Brasil, o cenário também mudou de forma relevante nas últimas semanas. Antes do choque do petróleo, a leitura macroeconômica era mais favorável a um ciclo mais robusto de queda da Selic. As taxas reais haviam atingido níveis historicamente elevados, próximas de 11% ao ano, como resposta ao descompasso entre uma política monetária fortemente contracionista e a expansão fiscal observada em 2023 e parte de 2024. Esse quadro começou a se reverter a partir da segunda metade de 2024, quando o déficit primário saiu de algo próximo a 2,5% do PIB para perto de zero em 2025. Com política fiscal e monetária atuando na mesma direção contracionista, a atividade perdeu força, as projeções de crescimento recuaram e as expectativas de inflação vinham cedendo.

Foi nesse contexto que o Banco Central iniciou o ciclo de flexibilização monetária, com corte de 25 pontos-base e sinalização de continuidade em passos da mesma magnitude. A mensagem central foi que a política monetária estava em nível extremamente contracionista e que a redução da Selic representaria uma transição para um patamar ainda restritivo, porém menos apertado. A novidade é que o choque do petróleo tornou essa trajetória mais incerta. A alta dos combustíveis interrompeu a queda das inflações implícitas e levou as projeções de inflação para 2026 para níveis acima de 4,5%, reduzindo a margem de manobra do Banco Central.

Esse choque não necessariamente altera por completo a trajetória de médio prazo da inflação, mas afeta expectativas e torna o ambiente mais delicado. O mercado passou a aceitar a continuidade de cortes, mas com menor convicção sobre a profundidade total do ciclo. Em outras palavras, a Selic ainda deve cair no curto prazo, mas o tamanho do movimento passou a depender mais da evolução do petróleo, da recomposição das expectativas inflacionárias, do câmbio e da capacidade do Banco Central de preservar credibilidade.

A desaceleração doméstica, por sua vez, reforça o argumento técnico para a queda de juros. O consumo vem perdendo força, o impulso do crédito — medido por concessões menos pagamentos — mostra sinais de contração, a inadimplência das famílias segue elevada e a massa salarial desacelera. O mercado de trabalho ainda parece forte quando observado apenas pela taxa de desemprego, mas a leitura é mais ambígua quando se analisam salários e saída de pessoas da força de trabalho. A inflação salarial também desacelerou em relação aos níveis observados em 2022, reduzindo o risco de uma pressão persistente sobre a inflação de serviços.

Ao mesmo tempo, o choque do petróleo tem efeito ambíguo para o Brasil. Diferentemente de economias importadoras líquidas de energia, o país também se beneficia da alta do petróleo por meio da balança comercial, da arrecadação pública e da produção doméstica. O petróleo já ocupa posição central na pauta exportadora, superando a soja em termos recentes, e a produção brasileira deve continuar crescendo com a entrada de novas plataformas. Esse fator ajuda a explicar a resiliência do real, em um ambiente de dólar global mais fraco, CDS baixo, diferencial de juros ainda elevado e preços de commodities favoráveis.

A principal mudança, portanto, não é o início do ciclo de cortes, mas a redução da confiança sobre sua extensão. O Banco Central abriu espaço para uma flexibilização gradual porque a taxa real estava muito acima de qualquer estimativa de juro neutro, em torno de 5% segundo a própria autoridade monetária. No entanto, a piora das expectativas impede que esse movimento seja automaticamente extrapolado para um ciclo longo e agressivo. A política

monetária deixou de ser apenas uma história de atividade fraca e juros reais excessivos; passou a depender de um equilíbrio mais delicado entre desaceleração doméstica, petróleo, câmbio, expectativas e risco fiscal.

Por fim, a política fiscal e eleitoral ganha peso crescente na formação de preços. O tamanho do ciclo de queda da Selic não dependerá apenas da inflação corrente ou do choque de petróleo, mas também do prêmio de risco de incumprimento fiscal embutido na curva de juros doméstica. Uma deterioração das expectativas fiscais tenderia a reforçar a percepção de que o ciclo será curto e superficial. Por outro lado, se ocorrer um ambiente externo mais benigno (fim da guerra), combinado com sinais mais claros de compromisso fiscal no cenário doméstico, poderia reabrir espaço para uma flexibilização de juros mais ampla. Assim, o cenário brasileiro segue construtivo para os ativos, mas tornou-se mais seletivo: há espaço para queda de juros, embora sua profundidade esteja menos evidente e mais dependente da evolução dos riscos.

Estratégia e Destaques

O Vinci Energia FIP-IE é um Fundo de investimento em participações em ativos de infraestrutura. Sua estratégia tem como base a construção de um portfólio composto por participações societárias em ativos de Geração e Transmissão de energia, operacionais, e que apresentem retorno esperado de 350bps acima da NTN-B longa, no momento de aquisição, e que tenham receitas indexadas pela inflação. A estratégia do Fundo visa proporcionar a distribuição de rendimentos periódicos para os cotistas.

A cota de mercado do Fundo encerrou o mês de abril negociada no valor de R$ 50,06 na B3 o que representa um desconto de 26,1% em relação ao valor da cota patrimonial do Fundo de R$ 69,09. A TIR Real implícita da cota de mercado, com base na avaliação patrimonial realizada em dezembro/25 é de 13,2% ou 16,3% com gross-up (de forma a comparar o retorno equivalente ao de instrumentos financeiros que têm tributação de imposto sobre a renda).

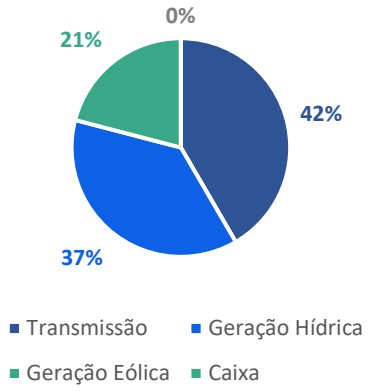
No final do mês de abril a investida indireta ESPRA celebrou aditamento das APRs (Ações Preferenciais Resgatáveis). A repactuação das APRs decorre do aditamento dos contratos de venda de energia de ESPRA no âmbito do PROINFA, divulgado em 1º de abril de 2026. Com a prorrogação dos contratos das PCHs por 20 anos, até 2048, houve aumento do preço de venda de energia e maior previsibilidade de caixa de longo prazo. A renovação representa receita nominal adicional estimada em cerca de R$ 760 milhões e impacto patrimonial positivo esperado superior a 20% para o Fundo.

Nesse contexto, a extensão dos fluxos contratados viabilizou a renegociação das APRs em condições mais favoráveis, incluindo:

I. redução do custo financeiro;
II. alongamento relevante do prazo de pagamento; e
III. postergação de obrigações antes concentradas no curto prazo.

A operação reforça a estratégia de gestão ativa da Vinci Infraestrutura, ao capturar os benefícios econômicos da renovação do PROINFA e convertê-los em uma estrutura de capital mais eficiente, com maior flexibilidade financeira e menor pressão de caixa no curto prazo.

Para mais informações, acesse o **Comunicado ao Mercado** divulgado.



Ativos de Transmissão representam grande parte do portfólio, contribuindo para maior previsibilidade e estabilidade na performance do Fundo.

Ativos de Geração Hídrica sem exposição ao Curtailment, com seguro para risco hidrológico, contribuem com uma receita estável e previsível.

Geração Eólica permanece sofrendo com os cortes impostos pelo ONS. Entretanto, o setor caminha para buscar soluções para os ressarcimentos ou eventuais rateios de cortes, que seriam benéficos aos ativos eólicos do Fundo.

(1) Com a renovação do PROINFA espera-se uma valorização no valor justo dos ativos.

Resultado e Indicadores Operacionais

Durante o mês de abril, as transmissoras operaram com 100% de disponibilidade.

No segmento de geração, as PCHs de ESPRA apresentaram geração aproximada de 22,5 MWm, o que representa um aumento de 144,7% frente ao mesmo mês de 2025. Importante destacar que a companhia integra o Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) e possui seguro contratado para 100% do GSF que atingiu 102,0% em abril. Dessa forma, a geração de caixa com a energia vendida no contrato não sofre alteração em função da geração efetiva ou do GSF.

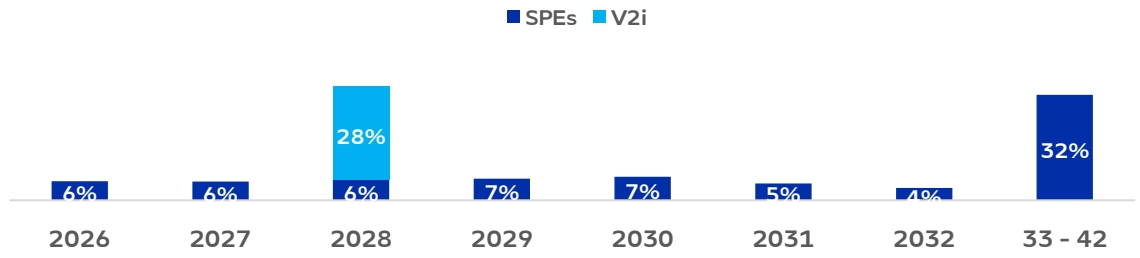
Já os parques eólicos de Mangue Seco registraram geração de 7,6 MWm (já líquida de curtailment), representando queda de 52,8% em relação ao mesmo período do ano anterior. No acumulado do ano, conforme Lei nº 5.269/2025 que estabelece o ressarcimento do curtailment de confiabilidade e elétrico, a geração de Mangue Seco ficou 24,2% abaixo da meta contratual.

Desempenho Financeiro do Portfólio

O portfólio do fundo apresentou, em março, um EBITDA de R$ 18,0 milhões, com margem de 82%. No mês de abril, foram realizados pagamentos de R$ 8,4 milhões referente a juros, remuneração de APRs e amortizações. Em 30 de abril, a dívida líquida consolidada da Companhia totalizava R$ 621,1 milhões, com um índice Dívida Líquida/EBITDA anualizado de 3,0x.

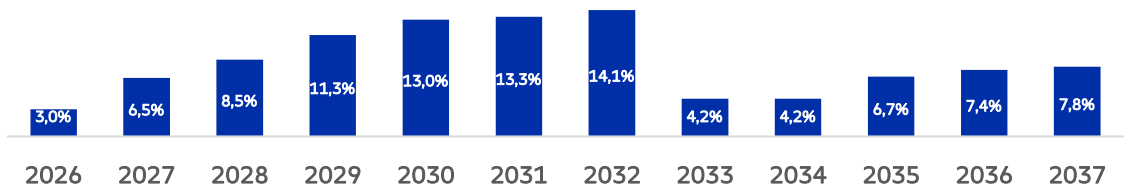
Empréstimos e Financiamentos (abr/26)	Dívida Bruta (R$ milhões)	Vencimento	Indexador	Spread
LEST	**230,7**			
Financiamento BNB	193,8	out/38	IPCA	2,36%
Debênture 12.431	36,9	mar/34	IPCA	5,36%
Arcoverde	**165,8**			
Financiamento BNB	113,5	dez/38	IPCA	1,46%
Debênture 12.431	52,3	jul/42	IPCA	5,02%
TPAE	**29,4**			
Dívida Bancária	29,4	out/30	IPCA	5,50%
Mangue Seco 1, 3 e 4	**99,3**			
Financiamento BNB	99,3	jul/31	Pré	7,13%
ESPRA	**3,0**			
Financiamento BNB	3,0	jun/26	Pré	8,08%
V2i	**249,8**			
Debênture 2a emissão	249,8	jan/28	CDI	2,85%
Total	**778,0**		-	-

Fluxo de Amortização e Resgates (%)



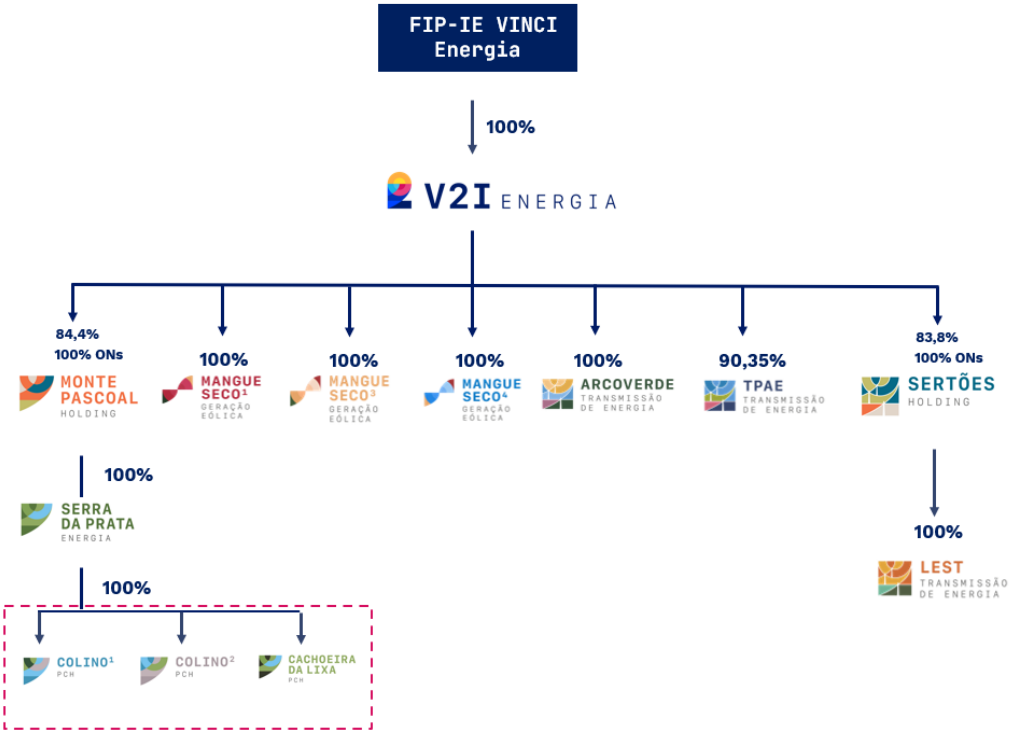
As ações preferenciais apresentam um saldo global de R$ 256,6 milhões em abril de 2026, e, após a repactuação, possuem o cronograma de recompra conforme gráfico abaixo:

Cronograma Recompra APRs (%)



Sobre o Fundo

Organograma Atualizado

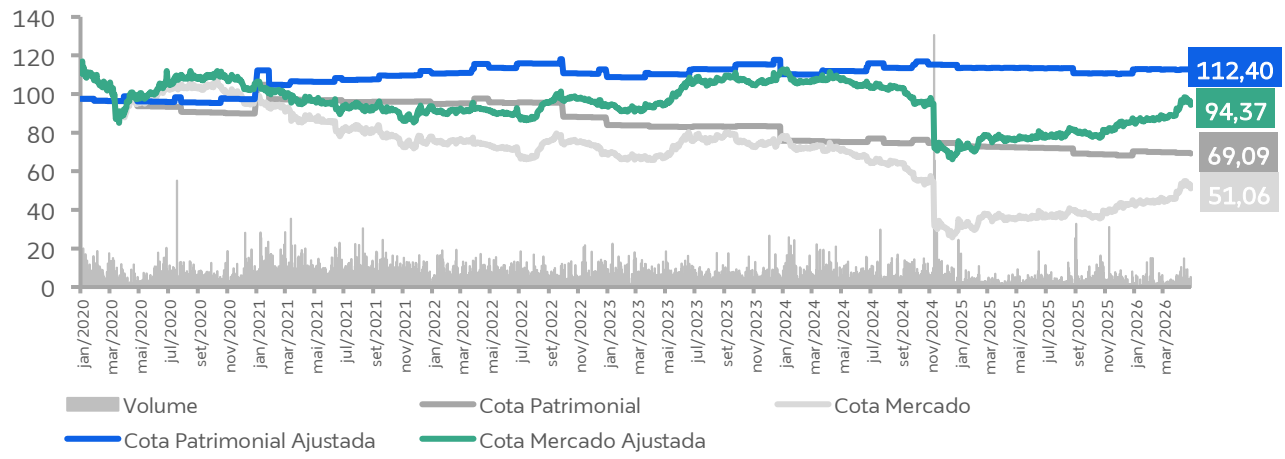


Performance

Distribuições	Rentabilidade desde o Início	Rentabilidade no Ano YTD	Rentabilidade no mês
Desde Início: R$ 43,46 **No Ano:** R$ 0,99	-5,5%	15,7%	5,8%

Valores com base na cota ajustada pelos dividendos distribuídos.

Rentabilidade



Cronograma de Distribuição de Resultados

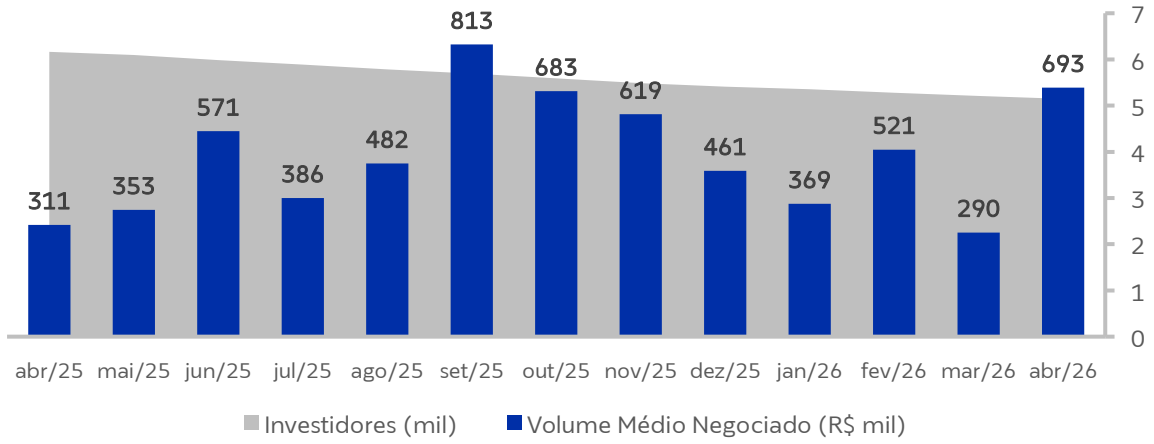
As distribuições do fundo são mensais sendo as datas de anúncio no último dia útil de cada mês e as datas de pagamento no 5º dia útil do mês seguinte.

DATA DE ANÚNCIO	DATA DE PAGAMENTO	Projeção de Pagamentos
30/04/2026	08/05/2026	0,25
29/05/2026	08/06/2026	0,25
30/06/2026	07/07/2026	0,25
31/07/2026	07/08/2026	0,25
31/08/2026	08/09/2026	0,25
30/09/2026	07/10/2026	0,27

Negociação do Fundo na B3

Informação da B3	Abril/26
Valor de Mercado (R$ mil)	442.929
Número de Cotistas	5.150
Presença diária em Pregões	100%
Volume Diário Médio Negociado (R$ mil)	692,57
Giro (% de cotas negociadas no mês)	3,05%

O Fundo encerrou o mês de abril com 5.150 cotistas. O valor de mercado do Fundo é de R$ 442,9 milhões, o que representa um desconto para o valor patrimonial do Fundo de 26,1%. O volume médio diário de negociação foi de aproximadamente R$ 692,57 mil, o que representou um giro equivalente a 3,05% das cotas do Fundo.



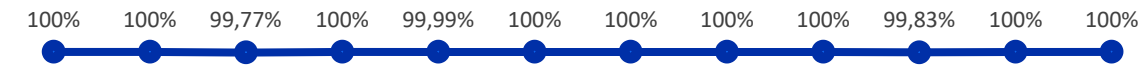
Ativos de Transmissão





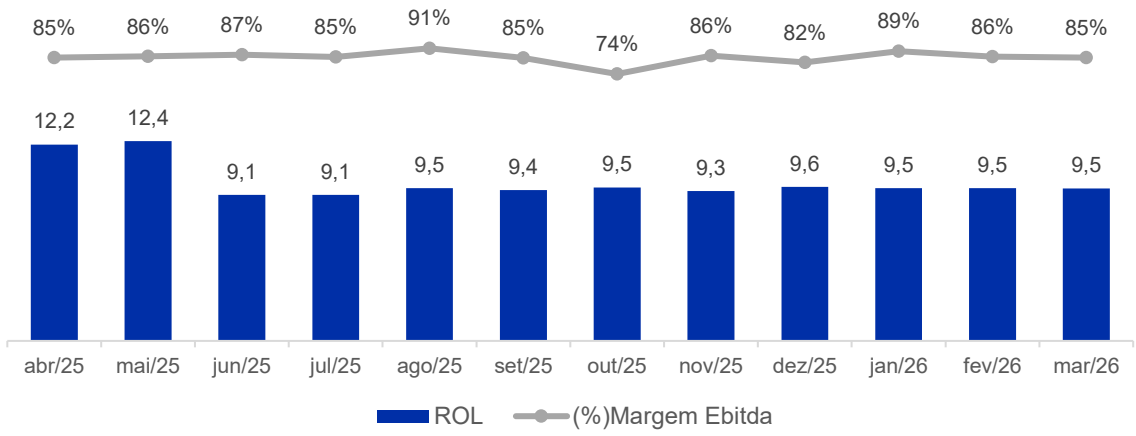

Transmissão	LEST	Arcoverde	TPAE
Extensão	198 km	139 km	12 km
RAP anual ciclo 25-26 (R$ milhões)	67	37	12
Fim da Concessão	2047	2047	2039
Dívida Líquida[1] (R$ milhões)	210	155	27
Participação no EBITDA do Portfólio	26,2%	13,5%	4,0%

Disponibilidade das Transmissoras (%)





Dados Financeiros (R$ mm)



Fonte: Vinci Partners
(1) Dívida Líquida data-base 30-04-2026

Ativos de Geração Hídrica

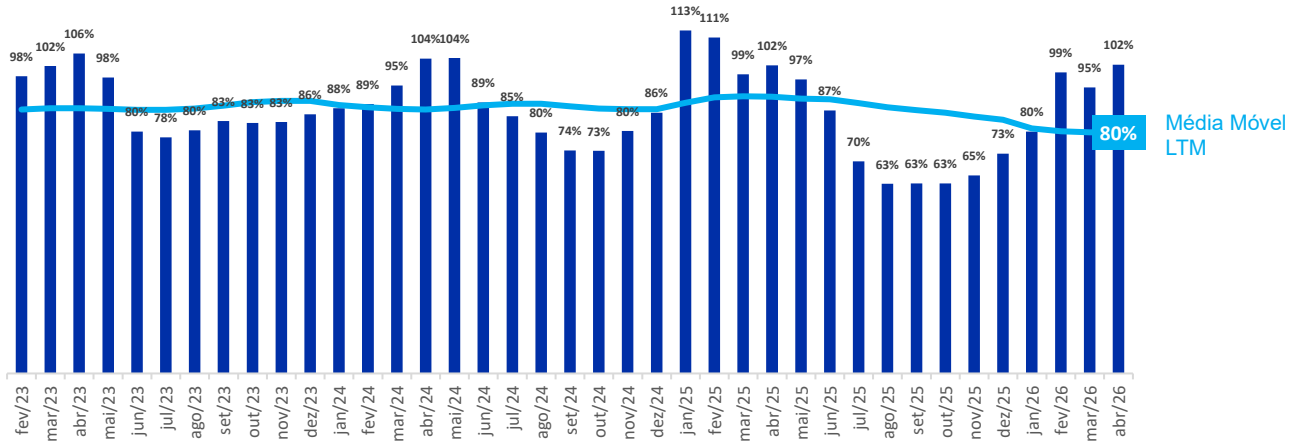




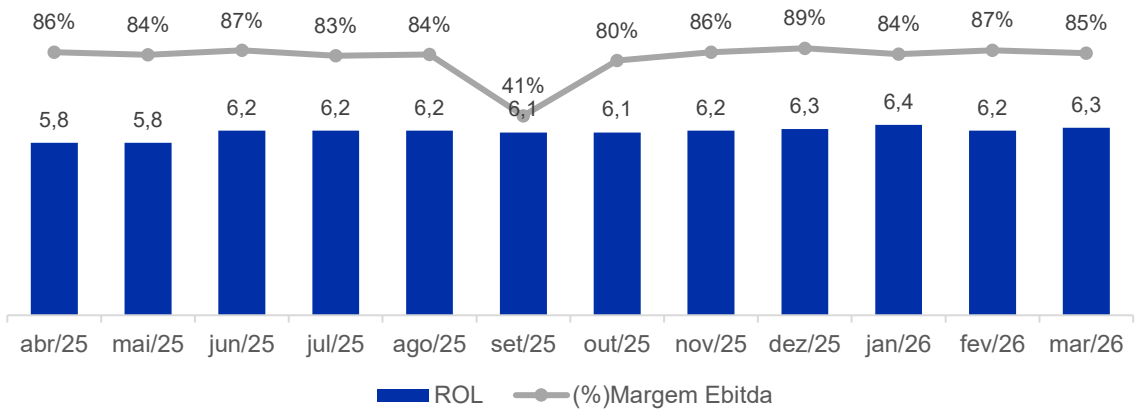


Geração Hídrica	ESPRA		
	Cachoeira da Lixa	Colino 1	Colino 2
Leilão	PROINFA	PROINFA	PROINFA
Capacidade Instalada	14,8 MW	11 MW	16 MW
PPA ciclo 25-26 (R$ / MWh)	472	472	472
Fim PPA	abr/28	ago/28	jun/28
Final da Operação[1]	2063	2063	2063
Dívida Líquida[2] (R$ mm)		-20	
Participação no EBITDA do Portfólio		27,6%	

Dados Operacionais - Geração MRE (GSF)



Dados Financeiros (R$ mm)



Fonte: Vinci Compass
) Dívida Líquida data-base 30-04-2026

Ativos de Geração Eólica

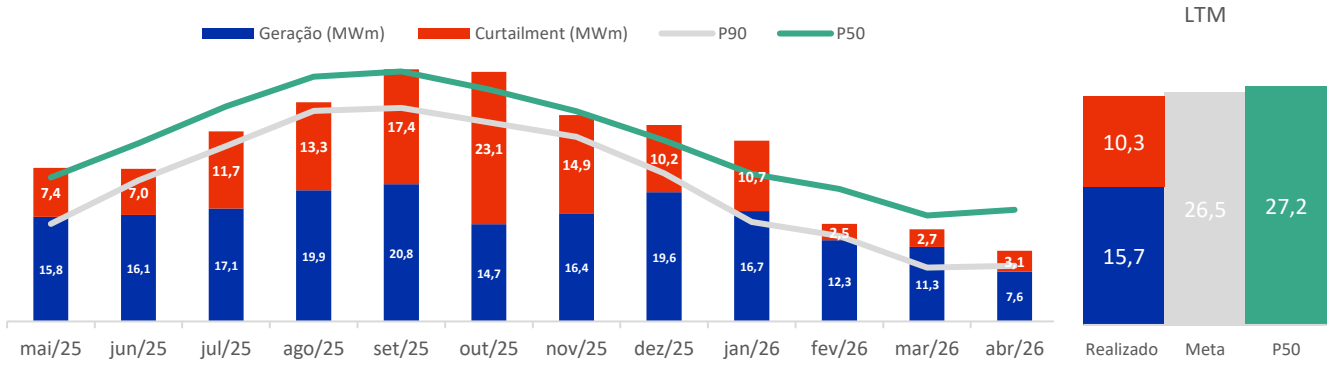
Geração Eólica	Mangue Seco 1	Mangue Seco 3	Mangue Seco 4
Leilão	LER 003/2009	LER 003/2009	LER 003/2009
Capacidade Instalada	26 MW	26 MW	26 MW
PPA² ciclo 25-26	R$ 363 / MWh	R$ 363 / MWh	R$ 363 / MWh
Fim PPA	jun/32	jun/32	jun/32
Fim Autorização	2045	2045	2045
Dívida Líquida¹ (R$ mm)	18	-6	15
Participação no EBITDA do Portfólio		28,7%	



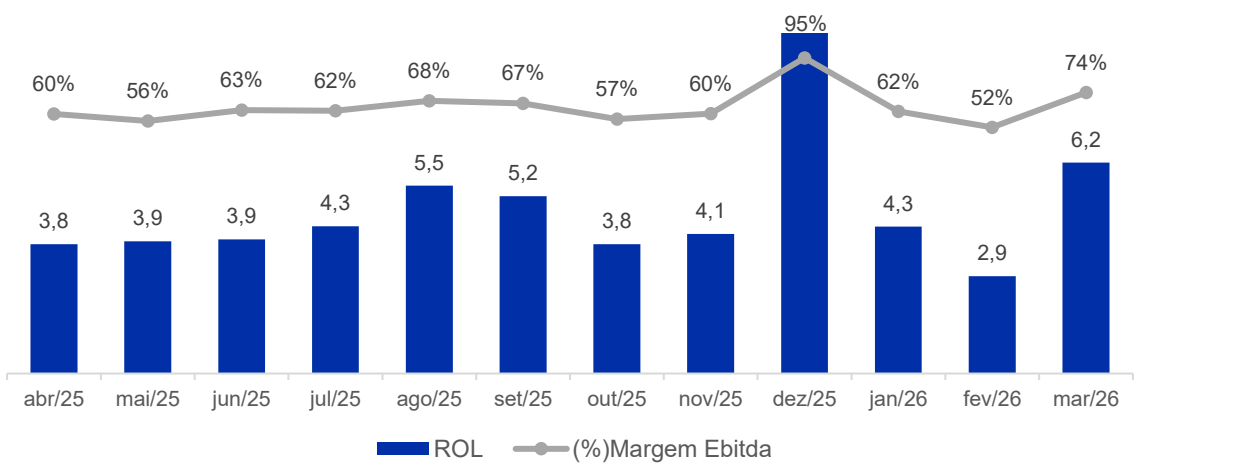




Dados Operacionais – Geração Eólica



Dados Financeiros (R$ mm)



Fonte: Vinci Partners
(1) Dívida Líquida data-base 30-04-2026

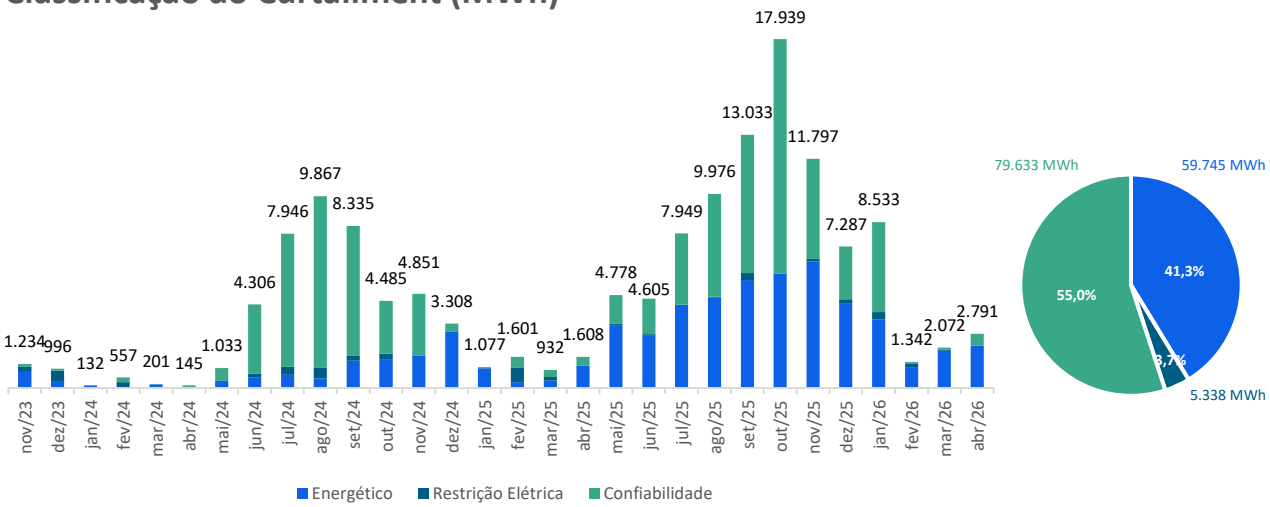


Constrained Off/ Curtailment

O setor elétrico continua discutindo soluções para o problema do curtailment. A Lei nº 15.269/2025, que prevê uma solução parcial de ressarcimento pelas frustrações de geração (curtailment), mediante compensação dos cortes por indisponibilidade externa e por razão elétrica, retroativos a 01/09/2023.

A Lei nº 15.269/2025 ainda depende de regulamentação, mas já existe a previsão de que seja assinado um Termo de Compromisso. Esse Termo deve levar as empresas eólicas a renunciarem a ações judiciais que questionam os cortes, hoje parada no STJ. Caso essas ações sejam retiradas, as geradoras eólicas da companhia, terão direito a receber um ressarcimento de cerca de 58,7% das perdas acumuladas até abril de 2026.

Classificação do Curtailment (MWh)



O Ministério de Minas e Energia instaurou a Consulta Pública nº 210/2025 para regulamentação do referido Termo de Compromisso e as contribuições foram recebidas até dia 16/01/2026.

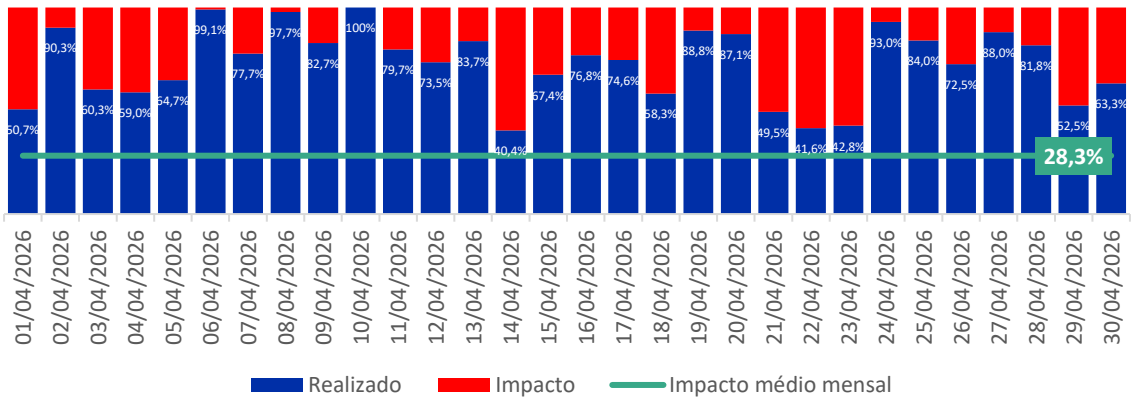
Paralelamente, em 30/12/2025, através do comunicado 971, a CCEE suspendeu todas as cobranças dos ressarcimentos de usinas eólicas até que seja publicada a regulamentação da Lei nº 15.269/2025.

Em jan/26, a ANEEL concedeu medida cautelar no processo administrativo de interesse dos geradores eólicos, determinando a suspenção por 90 dias, dos ressarcimentos estabelecidos na contatação de energia de reserva.

As principais alterações que ainda precisam ser aprovadas pela diretoria da agência, se baseiam na criação de uma ordem de prioridade para os cortes, organizada em blocos e na implementação de um mecanismo de rateio na etapa de pós-operação.

(1) Dados retirados da ONS

A expectativa é que fontes que apresentam flexibilidade e custos mais elevados para o consumidor ou com capacidade de armazenamento, sejam cortadas antes das fontes renováveis.



O *curtailment* representou cerca de 28,3% da geração potencial no mês de abril. A geração efetiva no mês de abril foi 7,6 MWm, enquanto os cortes de geração alcançaram 3,1 MWm no período. Em abril, os cortes foram distribuídos da seguinte forma: 21,9% por motivos de confiabilidade, 0,8% por restrições elétricas e 77,4% por razões energéticas.

Contato RI

www.vincifundoslistados.com

ri@vincifundoslistados.com

+55 (21) 2159-6222

PARA SE CADASTRAR NO MAILING, CLIQUE **AQUI**.

Autorregulação ANBIMA
Gestão de Recursos

Este material foi elaborado pela Vinci Real Estate Gestora de Recursos Ltda. ("Vinci RE"), tendo caráter meramente informativo e não foi objeto de auditoria específica. Este material foi preparado com base em informações pertencentes à Vinci RE e outras informações disponíveis ao público. As informações contidas neste documento são materialmente precisas até a data a que o documento se refere. A Vinci RE usa informações de fontes conhecidas por sua confiabilidade e boa-fé, mas isto não representa nem endossa a precisão ou confiabilidade de nenhuma dessas informações e a Vinci não se responsabiliza pelo teor dessas informações. A Vinci RE não garante as estimativas ou projeções quanto a eventos que possam ocorrer no futuro (incluindo projeções de receita, despesa, lucro líquido e desempenho de ações) contidas neste material. Os resultados reais podem variar das projeções e tais variações podem ser significativas. Nada aqui contido é, ou deve ser entendido como, uma promessa ou representação do passado ou do futuro. A rentabilidade obtida no passado não representa garantia de rentabilidade futura. A Vinci RE se exonera, expressamente, de toda e qualquer responsabilidade relacionada ou resultante da utilização deste material. Este material foi preparado exclusivamente para fins informativos e não deve ser interpretado como uma solicitação ou oferta de compra ou venda de quaisquer valores mobiliários ou instrumentos financeiros relacionados. A Vinci RE não interpreta o conteúdo deste material como consultoria jurídica, contábil, fiscal ou de investimento ou como recomendação. Este material não pretende ser exaustivo ou conter todas as informações que a Vinci RE possa exigir ou ser exigida. Nenhum investimento, desinvestimento ou outras ações ou decisões financeiras devem se basear apenas nas informações contidas neste material.